

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA - PROJUDI
Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - 2º andar - Centro - BOA VISTA/RR - CEP:
69.301-380 - Fone: (95) 3198-4755 - E-mail: v4cv@tjrr.jus.br

Processo n.º: Sprocesso.getNumeroProcessoFormatado()

DESPACHO

I - Defiro a assistência judiciária (*anote-se*);

II - Cite-se no procedimento sumário, por AR, com as advertências de lei, para que a contestação seja apresentada em 15 (quinze) dias.

III - Considerando que ficou constatado diante de inúmeras audiências de conciliação já realizadas neste juízo, que os advogados e os prepostos, na maioria maciça dos casos não estão autorizados a apresentar propostas de acordos pelas Seguradoras, verifica-se que a designação de audiências de conciliação, as respectivas intimações e a realização das mesmas, são atos desnecessários e infrutíferos, acarretando também gastos desnecessários à Justiça, além de ocuparem lugar na pauta de audiência, os quais poderiam ser utilizados para antecipação de outras audiências mais necessárias e urgentes. Em face disso, restou demonstrado que a salutar conciliação nunca poderá ocorrer nestes casos. Por essas razões, não será designada audiência de conciliação, **até porque a conciliação (transação) pode ser apresentada a qualquer momento pelas partes, não havendo, portanto, prejuízo** (REsp 242.322-SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJU de 15/05/00).

IV - Transcorrido o prazo para a defesa, com ou sem manifestação, certifique-se e, com fulcro nos art. 125, II, do CPC, e art. 5º, LVIII, da CF, caso a parte ré se manifeste pela necessidade de perícia, desde já arbitro os honorários periciais provisórios em R\$ 150.00, devendo a parte ré promover de imediato o seu recolhimento, no prazo da contestação, sob pena de indeferimento da perícia, até porque como a presente demanda tramita sob o rito sumário deve o réu, em sua defesa, apresentar os quesitos e a indicar assistente técnico, conforme exigência do art. 278 do CPC, sob pena de preclusão consumativa. E, havendo o recolhimento dos honorários periciais, façam os autos conclusos para nomeação de perito.

V- Cumpra-se com urgência.

VI - Após o cumprimento das determinações, venham os autos conclusos.

P. R. L.

Data constante do sistema.

Rodrigo Bezerra Delgado

Juiz Substituto

BOA VISTA-RR, Sdata.dataPorExtenso()

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA RORAIMA

ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado Rua Iugoslávia, Nº403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR, na Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, por seu advogado que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

em face da **CAPEMISA – SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 08.602.745/0001-32, com endereço na Cidade de Boa Vista/RR, na Av. Major Williams, 632/A, Bairro São Pedro, CEP: 69301-110, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

Cédula de Identidade RG 11999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado em **BOA VISTA**, Estado de Roraima, por seu advogado que esta subscreve, vem perante Vossa

Excelência propor a presente ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte autora em data de 22/08/2013, deixando-a com incapacidade permanente, devido a **FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO**, conforme laudos em anexo.

em face da **CAPEMISA – SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 08.602.745/0001-32, com endereço na Cidade de Boa Vista/RR, na Av. Major Williams, 632/A, Bairro São Pedro, CEP: 69301-110, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

Dentre as provas documentais apresentadas, o (a) autor (a) juntou:

Boa Vista/RR, na Av. Major Williams, 632/A, Bairro São Pedro, CEP: 69301-110, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DOS FATOS

Cada-se de ação ordinária de cobrança, com o objetivo de receber o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte autora em data de 22/08/2013, deixando-a com incapacidade permanente, devido a **FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO**, conforme laudos em anexo.

Cada-se de ação ordinária de cobrança, com o objetivo de receber o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte autora em data de 22/08/2013, deixando-a com incapacidade permanente, devido a **FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO**, conforme laudos em anexo.

- (X) RG e CPF;
- (X) RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA;
- (X) PRONTUÁRIO DO HOSPITAL;
- (X) DECLARAÇÃO DE POBREZA;
- (X) POSSUI RAIOS-X, QUE PODERÁ SER APRESENTADO NA PERÍCIA.

Efetivamente o promovente não recebeu nenhuma importância a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme poderá ser constatado no processo DPVAT de sinistro, no sítio oficial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a seguradora CAPEMISA - SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA a empresa ré.

II - DO VALOR INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, e pessoas transportadas ou não, é clara quando dispõe que: o seguro obrigatório deve indenizar o segurado-vítimado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, senão vejamos:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente, e" (grifo nosso)

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre, Excelência, que a parte promovente efetivamente não recebeu nenhuma importância, então, diante das fraturas acima mencionadas, ela faz jus a

nos valores de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme demonstra a legislação abaixo.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

E assim dispõe a Súmula nº 257 do STJ:

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

"257 - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização."

O caso em tela encontra-se maduro para julgamento, pois consta nos autos o prontuário hospitalar e possui Raio-X que comprova os danos sofridos pela vítima.

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. O relator pode negar seguimento a recurso contra decisão em confronto com jurisprudência dominante do próprio tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de tribunal superior (art. 557 do CPCivil).

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

Nestas situações, é dever do magistrado, ocorrendo a possibilidade, julgar antecipadamente a lide.

Recurso improvido.

ACÓRDÃO. RECURSO IMPROVIDO. UNÂNIME (Agravado Nº 000.10.000976-0, Câmara Única, Turma Cível, Tribunal de Justiça de Roraima, Relator: Des. Robério Nunes, Julgado em 14/05/2010).

Ademais, vale destacar que o nosso Egrégio Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o teto indenizatório previsto na Lei nº 6.194/74 proporcional à extensão das lesões, fracionando-o de acordo com a proporção da invalidez, refere o princípio da dignidade da pessoa humana, senão vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA. E QUANTIFICADA. INDENIZAÇÃO FIXADA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DA LESÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

1. O quantum da indenização secundária relativo ao seguro DPVAT em razão do grau de invalidez do segurado refere o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil.

2. O dano moral ocasionado pelo inadimplemento contratual ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.

3. Recurso parcialmente provido. Sentença reformada em parte.

(APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.008.9084/0-3, Rel. Juiz Convocado ELIANE BANCHI, Câmara Única, 3/30/09/2011)

INCONSTITUCIONALIDADE DO TETO INDENIZATÓRIO DA PESSOA HUMANA.

Finalmente, resta provado que a parte promotora faz jus a receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) diante das fraturas que causaram a incapacidade do promotor, como medida de inteira justiça.

razão do dano moral, como medida de inteira justiça.

personalidade. III - DO PEDIDO

2. O dano moral ocasionado pelo inadimplemento contratual ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.

3. Recurso parcialmente provido. Sentença reformada em parte.

(APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.008.9084/0-3, Rel. Juiz Convocado

ELIANE BANCHI, Câmara Única, 3/30/09/2011)

INCONSTITUCIONALIDADE DO TETO INDENIZATÓRIO DA PESSOA HUMANA.

Finalmente, resta provado que a parte promotora faz jus a receber a

importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) diante das fraturas que

Em face de todo o exposto, requer seja julgada a presente ação ordinária integralmente procedente, tudo para o fim de condenar a Ré a pagar a parte Autora o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, com as devidas atualizações e corrigido monetariamente da data da liquidação do sinistro, e juros legais da data da citação, até a data do efetivo pagamento.

Requer o julgamento antecipado da presente lide, ex vi do artigo 330, I, da Lei Adjetiva Civil, haja vista que se trata de matéria de direito. De sorte que desnecessária a produção de prova em audiência, pode o juiz, nos moldes do artigo 130 do Código de Processo Civil, dispensar as provas que não forem úteis nem necessárias.

Requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com fulcro na Lei 1.060/50, por não possuir a parte autora condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família.

Requer, a citação da Ré, por oficial de justiça, no endereço declinado no início desta exordial, para, querendo, comparecer a sessão de conciliação e/ou contestar os termos da presente ação, sob pena de revelia, a qual deverá ser julgada totalmente procedente para os fins e propósitos acima indicados, com a aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários de advogado, estes na base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), protestando a parte Autora pela oportuna produção de prova testemunhal, documental, suplementar, pericial e depoimento pessoal do representante legal da Ré.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Boa Vista, 9 de novembro de 2013.

VALDENOR ALVES GOMES

OAB/RR nº 618

Re 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), protestando a parte Autora pela oportuna produção de prova testemunhal, documental, suplementar, pericial e depoimento pessoal do representante legal da Ré.

Nestes termos,

Pede deferimento.

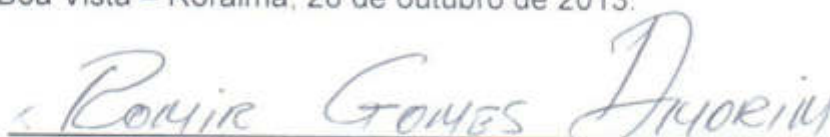
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **ROMIR GOMES AMORIM**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iugoslávia, N° 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR.

OUTORGADO: **Dr. VALDENOR ALVES GOMES**, advogado, casado, inscrito na OAB/RR sob o n° 618, com escritório profissional situado na Rua Maria Rodrigues dos Santos, n° 972, Bairro Asa Branca, CEP. 69.311.210, na Cidade de Boa Vista/RR, onde receberão as devidas intimações.

PODERES: Para o foro em geral e os da cláusula ad-judicia, mais os ressalvados no art. 38 do CPC, exceto para receber citação. Para propor, no interesse do outorgante; em qualquer instancia, juízo ou tribunal, as ações que se fizerem necessárias e contestar ou responder as que contra o mesmo for proposta, acompanhando-se até o final julgamento, interpor medidas cautelares, incidentes ou não, efetivas ou provisórias, justificações judiciais, pleitear alvarás ou ordens judiciais para os atos que delas dependam, mandar protestar cambiais e retirá-las do protesto, promover notificações ou interpelações judiciais, patrocinar os interesses do outorgante, procedimentos administrativos junto a quaisquer repartições públicas ou autárquicas, assinando papéis e documentos, intimações, acordar, discordar, receber e dar quitação de valores, transigir, desistir, renunciar ao direito, sobre o que se funda a ação, firmar compromisso, requerer a extinção ou suspensão do processo. Podendo ainda, desempenhar suas atividades profissionais junto ao órgão da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios. Podendo ainda substabelecer.

Boa Vista – Roraima, 28 de outubro de 2013.




ROMIR GOMES AMORIM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

VIA DE IDENTIFICAÇÃO ORDEM CRIMINAL



Polgar Direito



Raul Gomes Anorein

SECRETARIA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RAUL GOMES ANOREIN

PLACADO

RAFAEL GERVASIO ANOREIN

ANITA CONSOLAÇÃO GOMES DA SILVA

DATA NASCIMENTO

01/03/1964

COM VISTA - 00

COM VISTA - 00

COM VISTA - 00

164.124.602-25

2 VISA

Rita de Cássia Coelho de Araújo
(Diretora do IPR)

LEI Nº 7.118 DE 26.06.93

PMRR - BPM

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL SÉRIE J

075458

Vtr 418	SUCp 12CIP	Data 22.09.13	S/Setor OESTE	H/Transm 20:05	H/Ini 20:05	CH/h 20:10	H/Fim 22:10	
Cód. Oc 1001-1003	Cód. Prov 13999	Cód. Ser. Prest —	Km/ini 140.232	Km/Fim 140.237				

LOCAL DA OCORRÊNCIA

Av. Rua: WALMIR P. ROCHA / DEINEU F. LIMA 116 Bairro: CREAMÁ

PESSOAS RELACIONADAS

1 ENVOIADO Nome: ANTONIO MAURICIO DA SILVA Idade: 31 E. Civil: SOLT.
Endereço: RUA - DINO MESQUITA Nº 133 B. JARDIM CARONÁ
Edt: RG 0128026920012 MACH 05389822099 Profissão: AUTÔNOMO

2 ENVOIADO Nome: EDUAR GOMES DA SILVA Idade: 49 E. Civil: CASADO
Endereço: RUA - JUGUSLAVIA Nº 408 BAIRRO CAUNE
Edt: RG ADO PORTAL CNH Profissão: AUTÔNOMO

3 Nome: Idade: E. Civil:
Endereço: CNH Profissão:

4 Nome: Idade: E. Civil:
Endereço: CNH Profissão:

5 Nome: Idade: E. Civil:
Endereço: CNH Profissão:

6 Nome: Idade: E. Civil:
Endereço: CNH Profissão:

ARMAS, OBJETOS, VALORES, MATERIAIS, APREENDIDOS

RECEBI CONDUZINDO (S) MATERIAL (AIS) ACIMA ANOTADOS

ASSINATURA: *[Assinatura]* CARGO: APC LOCAL: Don Vitor

Senhor DELEGADO DO 3º D.F. POROS ACIONADO VIA COPS PARA ATENDER UMA OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO. AO CHEGAR NO LOCAL O CONDUTOR DO CARRO PALIO DE COR AZUL DE PLACA SWR-8299 RELATOU QUE; TRAFEGAVA NA RUA WALMIR PEREIRA ROCHA NO SENTIDO BENTRO BAIRRO E O CONDUTOR DA MOTOCICLETA FAN 125 DE COR PRETA DE PLACA-NAT-7103 TRAFEGAVA NA RUA DEINEU FERRARA LIMA NO SENTIDO CARLOS PEREIRA DE NELO CAUNE QUANDO VEIO A COLIDIR COM O VEICULO PALIO. O CONDUTOR DA MOTOCICLETA FOI REMOVIDO PELO RESGATE PARA O P.S.E. COM FRATURA EXPOSTA NA PERNA DIREITA. FOI FEITO A PERICIA OS VEICULOS FORAM LIBERADOS NO LOCAL.

WALMIR P. ROCHA

ASSINATURA

21.257-3

Nº

3:56 PM

Posto/Grad

12CIP 2º BPM

SUOp

RELATOR

FICHA DE ATENDIMENTO

Paciente: **GOMES** *Amorim*
Tipo Doc: Documento
Data Nascimento: *01.02.64* Idade: *64* Sexo: *M* Estado Civil: *C* Raça/Cor: *P* Naturalidade: *PA*
Data Emissão: *01.02.64* CPF: *9119.9245* Prontuário: *9119.9245*
Endereço: *Alm. Tupac Katari 403 Curitiba*
Class. de Risco: *1*
Plano Convênio: *SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE*
Motivo do Atendimento: *COL. SAO*
Setor: *Co. T*
Carate do Atendimento: *URGÊNCIA*
Tipo de Chegada: *RECEBTE*
Profissional do Atend.: *RICARDO S*
Procedência: *Co. T*
Temp.: *15:00*
Peso: *70*
Pressão: *120/80*
Registado por: *RICARDO S*
Queixa Principal: *fratura de antebraço*
☐ Síndrome Febril ☐ Sintomático Respiratório ☐ Suspeita de Dengue

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - *15:00* h)
Vitima de acidente de trânsito - motocicleta, queimadura oleosa no antebraço e punho da perna D.
Exame Físico: *feridas rasgadas na perna D.*

Hipótese Diagnóstica: *Fratura exposta perna D*

SADT - Exames Complementares
☐ RAO-X ☐ ULTRA-SOM ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS: *_____*

Prescrição	Apazamento	Observação
<i>- D.A.P.</i>		
<i>- S.F. 951 7000 f/m</i>		
<i>- Foxido 98 cc/m</i>		
<i>- SAT 5000 - 01/m</i>		
<i>- Cefalosporina 1g/m</i>		

Conduta:
☐ Alta por Decisão Médica
☐ Alta a Pedido
☐ Alta a Revelia
☐ Transferência para:
- A. Hospitalar
☐ Ambulatório
☐ Observação (Até 24h)
☐ Internação
Data e Hora da Saída/Alta: *15:00*

Óbito: ☐ Sim ☐ Não
Antes do 1º Atendimento? ☐ Sim ☐ Não
Destino: ☐ Família ☐ R. Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável: *Valério*
Assinatura do Médico: *RICARDO S*
Carimbo ou Assinatura do Médico: *RICARDO S*
Data e Hora da Saída/Alta: *15:00*

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iugoslávia, N° 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR.

Declaro para os devidos fins Legais que sou hipossuficiente financeiramente na forma da lei (Lei nº 1.060/50, artigo 5º parágrafo 4º) não dispondo de recursos ou condições para arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo ao meu próprio sustento e de minha família.



Por este motivo, suplico a vossa excelência, que se digne em conceder os benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com artigo 1º, Lei nº 5478, de 25 de julho de 1968.

Pelo qual firmo a presente declaração ciente de todas as condições legais.

Boa Vista – RR, 28 de outubro de 2013.



ROMIR GOMES AMORIM

Operação realizada com sucesso.**Protocolo: 869733620140213142329****Processo 0801667-88.2013.8.23.0010** -
(96 dia(s) em tramitação)**Classe Processual:** 22 - Procedimento Sumário**Assunto Principal:** 4847 - Seguro**Nível de Sigilo:** Público**Dados do Processo****Partes****Movimentações****Apensamentos (0)****Vínculos (0)****Realçar
Movimentos
de:** Magistrado Servidor Advogado Promotor Procurador Outros

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
 15	13/02/2014 14:23:29	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES Advogado
<div>Arquivo: Restrição na Visualização</div> <div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div> <div>Restrição na Visualização</div> <div>Sigilo Mínimo</div>			
<div>Arquivo: Restrição na Visualização</div> <div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div> <div>Restrição na Visualização</div> <div>Sigilo Mínimo</div>			
<div>Arquivo: Restrição na Visualização</div> <div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div> <div>Restrição na Visualização</div> <div>Sigilo Mínimo</div>			

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº **0801667-88.2013.8.23.0010**

Requerente: **ROMIR GOMES AMORIM**

Requerida: **DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA
S/A**

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 58.768.284/0001-40, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1489, 11º andar, Campos Elísios, São Paulo/SP, por seus advogados que ao final assinam (mandato incluso), com escritório no endereço abaixo impresso, onde recebem intimações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar:

CONTESTAÇÃO

à pretensão indenizatória aforada por **ROMIR GOMES AMORIM**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. Resumo da Inicial:

A parte Requerente alega ter sofrido acidente de trânsito em **22/08/2013**. Em decorrência deste pleiteia por indenização, atribuindo à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Destarte, a pretensão esboçada pela parte Requerente não merece prosperar, em razão da necessidade de auferir o grau da lesão acometida pela vítima, **nos termos da Medida Provisória nº 451/2008 convertida na Lei nº 11.495/2009**, e pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

2. PRELIMINARMENTE:

DA NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO

Cumpre informar que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-4, assumiu em 01/01/2008, a liderança dos consórcios de que tratam a Resolução nº 154/2006, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), conforme contido em seu art. 5º, §3º1, bem como pelo que estabelece o art.

1 Art. 5º (...) §3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo.



2º da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/20072. Nesse contexto, as seguradoras consorciadas ao Seguro DPVAT passaram a ser acionistas da Seguradora Líder.

Logo, requer a) a substituição do pólo passivo nos termos do artigo 41 do Código de Processo Civil, pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, b) seja alterada a autuação, bem como, c) as anotações de distribuição.

DA JUDICIALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO DOS SINISTROS ENVOLVENDO O SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Primeiramente, o Requerente em momento algum buscou a indenização junto a Seguradora, optando diretamente pela via judicial.

O fenômeno da judicialização é um assustadoramente comum, sendo que em 2012, das 151 mil ações ajuizadas, que versam sobre a indenização do seguro DPVAT, aproximadamente 48% (quarenta e oito por cento) foram distribuídas sem o pleito administrativo, isto é, sem o conhecimento da seguradora a respeito destes sinistros.

Salta aos olhos de que qualquer observador atento, a desconsideração do procedimento junto a seguradora. Tal observação nos guia a uma situação curiosa, e ainda sem resposta: por quais motivos os sinistrados buscam diretamente o amparo do Poder Judiciário, sendo que é de conhecimento público que os Tribunais estão por anos acumulados na análise de processos e que não poderão dar vasão célere a essas demandas?

Para além das questões sociais envolvidas na judicialização, devemos focar em conclusões palpáveis e lógicas. O artigo 5, §1º, da Lei 6.194/1974, estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para que a Seguradora possa efetuar a análise de documentos, a efetivação de perícia e responder ao sinistrado a respeito do pagamento ou não da indenização do seguro DPVAT. De outro lado, em regra, o Poder Judiciário confere a Seguradora o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de contestação.

Considerada a judicialização, a seguradora terá menos tempo para a análise da documentação apresentada e, de modo geral, não optará pelo pagamento da quantia pleiteada, visto a incoerência de alguns pedidos dos autores, tornando, dessa forma, mais oneroso e moroso o recebimento da indenização devida.

Processualmente, a judicialização é o equivalente a falta de interesse de agir do Requerente, requisito essencial a tutela jurisdicional. A ausência do interesse de agir caracteriza a carência da ação, conforme disposto no artigo 301, X, CPC, devendo acarretar na extinção do processo sem o julgamento do mérito.

No sentido da necessidade do pedido administrativo prévio, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que foi Relator o Ministro Paulo de Tarso SANSEVERINO, foi proferido o seguinte acórdão:

2 Art. 2º. Ratificar que a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, exerce a função de entidade líder dos consórcios de que trata o art. 5º. Da Resolução CNSP n. 154, de 08 de dezembro de 2006.



'DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. (...) AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 936.574-SP."

Diante do exposto, requer seja extinto o presente processo, ante a ausência do interesse de agir, conforme estabelecido pelo Art. 267 do Código de Processo Civil (CPC).

DA ILEGIBILIDADE DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Como de praxe, há necessidade de que a inicial esteja devidamente instruída de provas suficientes à comprovação da veracidade das alegações. O amparo legal de tal pilar processual encontra-se no artigo 282 e 283 do CPC:

Art. 282 – A petição inicial indicará:

VI – as provas com que o Autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; (...)

Art. 283- A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis a propositura da presente ação;

Nos termos do artigo 267, inciso I, do CPC, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito e indeferida a petição inicial por falta de documentos indispensáveis à propositura da ação:

Art. 267 – Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I – quando o juiz indeferir a petição inicial;

Os documentos obrigatórios por força de Lei têm o escopo de comprovar: **a)** quem são os legítimos beneficiários do sinistro (influenciando diretamente na legitimidade para propor a demanda); **b)** o real local do sinistro (o que indica o foro competente para processar e julgar a causa, por força do artigo 100, parágrafo único, da Lei Processual Civil); **c)** a data do sinistro (para fins de verificação do prazo prescricional); **d)** as lesões sofridas e o grau em que se deram; bem como **e)** a busca pela verdade real, princípio norteador do Direito.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (Seguro DPVAT), com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.441/92 e Lei nº 11.482/07:

Art. 5º – o pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º – A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário – no caso de morte;



b) prova das despesas efetuadas pela vítima com seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais (grifos nossos)

No caso em tela, o documento de identificação da vítima está absolutamente ilegível, tornando impossível a tarefa de estabelecer o real nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a suposta lesão contraída pelo Requerente.

Desta forma, impõe-se ao D. Magistrado o indeferimento da petição inicial de acordo com o artigo 267, inciso I, do Código de Processo Civil, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, bem como a nulidade dos atos processuais, conforme art. 37 do mesmo diploma legal.

3. DO MÉRITO:

DA INVALIDADE DO LAUDO PARTICULAR COMO ÚNICA PROVA PARA DECIDIR O MÉRITO

O Instituto Médico Legal (IML) é o órgão competente para a graduação das lesões oriundas de acidente de trânsito, de modo que, laudos emitidos por diferentes institutos carecem de legitimidade.

Entretanto, a competência para a elaboração de laudos médicos que graduem tais lesões não é o único aspecto a ser considerado quando se trata de laudos particulares.

O Artigo 5º, LV da Constituição Federal, assegura o contraditório e ampla defesa, em processos administrativos ou judiciais. Vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

A admissão do laudo particular como prova da graduação de lesão colide diretamente com esse conceito norteador do direito brasileiro, vez que não foi disponibilizada à Requerida, a oportunidade de acompanhar e até mesmo contraditar a elaboração do mesmo, caracterizando o cerceamento de defesa.

Neste sentido, destaca-se o entendimento do Des. Relator Júlio Vidal da 28ª Câmara do TJSP, ao proferir acórdão em sede de apelação n. 9120797-71.2008.8.26.0000, em 13/12/2011, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COBRANÇA.. EXAME DE CORPO DE DELITO COMPLEMENTAR EFETUADO PELO IML, NO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE



POLÍCIA CIENTÍFICA. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL - AINDA QUE HAJA, NOS AUTOS, EXAME EFETUADO PELO IML ATESTANDO A INVALIDEZ DO AUTOR, O GRAU DA MESMA DEVE PRECEDER DE PERÍCIA JUDICIAL, COMO O REQUERIDO PELA RÉ, JÁ QUE NÃO HOUVE, POR PARTE DA SEGURADORA, PARTICIPAÇÃO NO LAUDO APRESENTADO, O QUE CARACTERIZARIA CERCEAMENTO DE DEFESA. SENTENÇA QUE DEVE SER ANULADA, COM O FIM DE REMETER OS AUTOS À ORIGEM PARA QUE SEJA NOMEADO PERITO OFICIAL NO SENTIDO DE QUE PROVIDENCIE LAUDO MÉDICO, COMO DE RIGOR, COM AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO CASO, ESPECIALMENTE QUANTO AO GRAU DE INVALIDEZ EXPERIMENTADO PELO AUTOR, PARA FINS DE PAGAMENTO DA DIFERENÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO

No corpo do acórdão:

se faz necessária a realização de perícia judicial, na presente data, para se aferir se as sequelas foram consolidadas, e, conseqüentemente, o grau de invalidez do autor, além do laudo apresentado não ter sido elaborado com o acompanhamento da ré, ou seja, foi efetuado a sua revelia, o que estaria a caracterizar cerceamento de defesa, mesmo porque a perícia foi requerida pela mesma, inclusive com quesitos a serem respondidos.

Ainda, "*A ausência de provas que comprovem a invalidez permanente, atrelada ao fato de que o Laudo Médico foi emitido unilateralmente por médico particular, enseja a improcedência do pedido*" é o entendimento do Des. Relator Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª CC do TJPE, ao proferir acórdão em sede de recurso de apelação n. APL 2931720098171000, em 13/10/2011:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML OU PERÍCIA JUDICIAL - LAUDO EMITIDO UNILATERALMENTE POR MÉDICO PARTICULAR - IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO. NEGADO PROVIMENTO -DECISÃO UNÂNIME.

A ausência de provas que comprovem a invalidez permanente, atrelada ao fato de que o Laudo Médico foi emitido unilateralmente por médico particular, enseja a improcedência do pedido. Sentença que julgou improcedente o pedido por ausência de provas há de ser mantida. NEGADO PROVIMENTO- DECISÃO UNÂNIME

Assim, o laudo particular não é documento hábil a demonstrar a invalidez acometida pela parte Requerente ou para desconstituir o parecer administrativo realizado.

DA NECESSIDADE DE PERICIA COMPLEMENTAR A SER REALIZADA PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Em consonância com a legislação vigente, evidente a necessidade de perícia para a comprovação da existência de lesão permanente, bem como, sua exata graduação. Assim, estabelece o §5º, art. 5º da **Lei nº 11.945/2009**:



O **Instituto Médico Legal** da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Resta claro a necessidade de perícia a ser realizada ou complementada pelo **INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML**, por ser o órgão competente, idôneo e imparcial. Relevante também se faz, **as especificações impostas pela Medida Provisória nº 451/2008 de 16/12/2008, que posteriormente, foi convertida na Lei nº 11.945/2009 em 04/06/2009.**

O laudo apresentado pelo perito deverá atribuir o exato percentual da invalidez aduzida pela parte Requerente.

Neste tocante, decidiu o **Colendo Superior Tribunal de Justiça** sobre a necessidade de se auferir o grau de invalidez da vítima para que possa ser pago o seguro obrigatório, *in verbis*:

(...) Em primeiro, verifica-se que o entendimento do Tribunal local sobre a existência de invalidez permanente parcial e sua extensão, equivalendo a 25% da importância segurada, baseou-se na análise do conjunto probatório carreado aos autos. (...) De outro lado, sobre a tese da possibilidade de cobertura parcial do DPVAT, proporcionalmente ao grau de invalidez, ela se me afigura correta, considerando que o § 5º do art. 5º da Lei 6.194/1974, com a nova redação dada pela Lei 8.441/1992, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que: (...) **Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez.** (...)³.

Ainda, a Corte sobre o enunciado do inc. II, art. 3º, da Lei nº 6.194/74 no que diz respeito ao limite da indenização.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.395.349 - MS (2011/0010916-0). RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. AGRAVANTE: REAL SEGUROS S/A. ADVOGADO : EDYEN VALENTE CALEPIS E OUTRO(S). AGRAVADO: LUIZ TADEU SANCHES. ADVOGADO: ELTON LOPES NOVAES E OUTRO(S). EMENTA. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.** - Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. - Agravo de instrumento conhecido para dar provimento ao recurso especial. Brasília (DF), 17 de maio de 2011.

STJ - RECLAMAÇÃO Nº 5.427 - MT (2011/0039489-0) RECLAMAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. Reclamação sob o viés uniformizador

3Agravo de Instrumento Nº 1.085.419 - RS (2008/0191976-2), Relator MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR publicada do Diário da Justiça em 06/02/2009.



da jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais, reconhecida sob transitória competência desta Egrégia Corte quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572-8/BA, cujo procedimento fora regulamentado pela Resolução n. 12/09-STJ. Dissídio evidenciado. Tratando-se de invalidez parcial, a indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

Portanto, faz-se necessária a perícia médica detalhada, por se tornar temerário o prosseguimento do feito sem a realização da mesma.

O Laudo, que deverá ser realizado pelo IML (art. 5º, §5º da Lei nº 6.194/1974⁴), determinará o grau da lesão, que será correspondente ao resultado da seguinte operação:

Valor máximo da indenização (R\$ 13.500,00)
(x)
% da Tabela para Cálculo da Indenização em Invalidez Permanente
(x)
% de invalidez indicado pelo médico

DO VALOR INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945/2009 E SÚMULA 474 DO STJ

Cumprе esclarecer que o seguro DPVAT tem como finalidade amparar as vítimas de acidente de trânsito, e não ressarcir a vítima de todos os prejuízos que sofreu.

Corroborando com a tese, a Medida Provisória nº 451/2008, alterou o texto da Lei do seguro obrigatório DPVAT, com intuito de fixar tabela de graduação para invalidez permanente proferida de outros atos normativos, conforme já exposto anteriormente e hoje esta em vigor produzindo seus efeitos desde 04.06.2009 a **Lei nº 11.945/09**.

Cumprе explicar que a referida legislação atribuiu maiores benefícios as vítimas que sofreram maiores danos, com intuito de fornecer maior clareza e segurança jurídica, respeitando o princípio da proporcionalidade:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4§ 5º. O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.

§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

§ 2º. O seguro previsto nesta Lei não contempla as despesas decorrentes do atendimento médico ou hospitalar efetuado em estabelecimento ou em hospital credenciado ao Sistema Único de Saúde - SUS, mesmo que em caráter privado, sendo vedado o pagamento de qualquer indenização nesses casos. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008). Assim, ressalta-se que a tabela mencionada se encaixa nos patamares de transparência e segurança, com intuito de graduar as lesões sofridas pelas vítimas, além de obstar possíveis desigualdades por aplicação de critérios arbitrários.

Assim as indenizações serão auferidas exatamente nos termos do art. 3º da legislação aplicada, sendo de **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) conforme graduação da invalidez sofrida pela vítima.

Neste sentido, cabe destacar a súmula 474 do STJ, publicada após aprovação na 2ª Seção de direitos privados ocorrida em 13/06/2012, que tem a seguinte disposição:

Súmula 474: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

O sinistro ocorreu na vigência da **Lei 11.945/09**⁵, portanto, o pagamento da indenização do seguro obrigatório deve respeitar os **critérios de graduação da invalidez**, conforme a tabela abaixo:

ANEXO - [Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008.](#)
(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	

⁵ Medida Provisória 451/08 convertida em Lei n. 11.945/09.

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Destarte, eventual condenação deve ser calculada considerando a o teto máximo indenizável, qual seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na proporção da invalidez ocasionada pelo sinistro conforme a tabela acima.

DO NÃO CABIMENTO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

O instituto jurídico do julgamento antecipado da lide encontra esteio, como se sabe, no artigo 330 do Código de Processo Civil Brasileiro. É aplicável nas hipóteses de revelia e naquelas em que a discussão verse sobre matéria de direito ou sobre de matéria de direito e de fato, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:
I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência;
II - quando ocorrer a revelia.

Saliente-se que a conjunção "e" tem natureza aditiva, de modo que, além de tratar de questão exclusivamente de direito, o processo deverá está também devidamente preparado para imediato julgamento, o que não ocorre nestes autos, devido à necessidade de dilação probatória quanto à invalidez permanente.

Acerca do exposto, vejamos o entendimento de Theotônio Negrão, em comentários ao art. 330 do Código de Processo Civil:



"O preceito é cogente: 'conhecerá', e não poderá conhecer; se a questão for exclusivamente de direito, o julgamento antecipado da lide é obrigatório. Não pode o juiz, por sua mera conveniência, relegar para fase ulterior a prolação da sentença se houver desnecessidade de ser produzida prova em audiência. "

Observe-se, na interpretação do artigo 330, I, CPC, que havendo fatos a serem comprovados, a jurisprudência vem se posicionando no sentido de que o magistrado não pode julgar antecipadamente a lide, desprezando a produção de provas, ao constatar que o acervo documental acostado aos autos não possui suficiente força probante para nortear e instruir seu entendimento.

Assim sendo, não há que se falar em julgamento antecipado da lide, uma vez que a falta da perícia acima descrita não supre os requisitos do art. 330, CPC.

Ademais, **a não realização da prova complexa implica em confronto direto ao melhor entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em especial a Súmula nº 474, conforme já apontado anteriormente, ao mencionar a necessidade de auferir se há invalidez permanente e qual sua extensão, não sendo possível ao Douto Magistrado julgar o feito antecipadamente.**

DA EVENTUAL INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Em caso de eventual condenação, desde logo requer a aplicação do entendimento predominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça no que tange a incidência da **correção monetária a partir da propositura da demanda**, senão vejamos:

CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMOS INICIAIS. AJUIZAMENTO E CITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. I. **No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação e a correção monetária desde o ajuizamento.** Precedentes. II. Recurso Especial conhecido e provido. 6

Ainda, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 acerca da incidência dos **juros de mora a partir da citação**:

Súmula nº 426: OS JUROS DE MORA NA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT FLUEM A PARTIR DA CITAÇÃO. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.

Por todo o exposto conclui-se que em caso de eventual condenação, a data do início da correção monetária deverá incidir tão somente da data da propositura da presente demanda, bem como os juros de mora da citação da Requerida.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DA LEI DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.



Denota-se, que a parte Requerente pleiteia o benefício da justiça gratuita, nesse passo, cumpre frisar que a Lei nº 1060/1950, determina que os honorários de sucumbência não possam ultrapassar o patamar de 15%, nos exatos termos do artigo 11, parágrafo primeiro.

4. DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer:

- a) A substituição do polo passivo pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A;**
- b) O indeferimento da petição inicial pela falta de documentos indispensáveis à sua propositura, extinguindo-se o feito sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I c/c art. 283, ambos do Código de Processo Civil;
- c) Extinção do feito sem julgamento de mérito de acordo com o art. 267, inciso VI, CPC, uma vez que a Requerente é carecedor da ação, já que não se vislumbra aos autos pretensão resistida da Requerida;
- d) Sucessivamente, pugna pela realização de prova pericial pelo IML com intuito de auferir o exato grau de invalidez acometido pela parte Requerente ou a condenação da parte Requerente ao custeio de eventual prova pericial a ser realizada, uma vez que é seu o ônus em comprovar a invalidez permanente e total;
- e) Em caso de eventual condenação, requer a aplicação da invalidez permanente na proporção da Tabela de Indenização instituída pela Medida Provisória nº 451/2008 e convertida na Lei nº 11.945/2009, **juros de mora a partir da citação e correção monetária tendo com termo inicial a data da propositura da demanda**, pelos argumentos apresentados através dos fundamentos, legislação, doutrinas e jurisprudências;
- f) O não cabimento do julgamento antecipado, devido à necessidade de dilação probatória quanto à invalidez permanente da parte autora, para só posteriormente, a demanda estar apta a um pronunciamento jurisdicional, assegurando a aplicação para os litigantes dos princípios constitucionais que norteiam toda relação jurídica processual;
- g) "*Ad cautelam*", requer o uso de todos os meios de prova em Direito admitidos e que se mostrarem relevantes para o esclarecimento dos fatos.
- h) Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RO nº 5369.

***Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 12 de fevereiro de 2014.***





Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RO nº 5369



Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800

QUESITOS

1. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente de caráter definitivo?
2. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
3. Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
4. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado nos termos da legislação vigente?
5. Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?



Operação realizada com sucesso.
Protocolo: 891005220140324131714

Processo 0801667-88.2013.8.23.0010 -
(135 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público







Dados do Processo

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realçar Movimentos de:  Magistrado  Servidor  Advogado  Promotor  Procurador  Outros

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
 21	24/03/2014 13:17:14	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES Advogado
<div>Arquivo: Restrição na Visualização</div> <div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div> <div>Restrição na Visualização</div> <div>Sigilo Mínimo</div>			

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 4ª(º)
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0801667-88.2013.8.23.0010

Autor: ROMIR GOMES AMORIM

Réu: DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para requerer a juntada do comprovante de pagamento no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente aos honorários periciais.

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, 393-A/RR.

***Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 18 de março de 2014.***

ALVARO LUIZ FERNANDES

OAB/RO 5369



DJO - [Depósito Judicial](#) Ouro

				Nº DA CONTA JUDICIAL	
				0800114755222	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF/DV)	
0		12-03-2014		3797-4	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TIPO DE JUSTIÇA	
07-03-2014		10522523		ESTADUAL	
		NUMERO DO PROCESSO		TRIBUNAL	
		80166793920138230010		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE	
BOA VISTA		4 VARA CIVEL		REU	
				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
				150,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO PESSOA	
CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A				JURÍDICA	
				CPF/CNPJ	
				08.602.745/0001-32	
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE				TIPO PESSOA	
ROMIR GOMES AMORIM				FÍSICA	
				CPF/CNPJ	
				16412460225	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA					
41BB6402F41B163C					



Operação realizada com sucesso.
Protocolo: 1046095220141105143737

Processo 0801667-88.2013.8.23.0010 -
(361 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Justiça Gratuita: Sim

Dados do Processo

Realçar
Movimentos
de:
Ocultar
Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Inválidos

Partes

☐ Servidor

☐ Sem
Arquivo

Movimentações

☐ Advogado

☐ Hab.
Provisória

Apensamentos (0)

☐ Promotor

☐ Procurador

Vínculos (0)

☐ Outros

☐ Audiência

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
 54	05/11/2014 14:37:37	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES Advogado
<div>54.1 Arquivo: Restrição na Visualização</div> <div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES,</div> <div>Restrição na Visualização</div>			

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 2ª(O)
VARA DE COMPETENCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0801667-88.2013.8.23.0010

Autor: ROMIR GOMES AMORIM


Réu: DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para informar o cumprimento do acordo realizado entre as partes, conforme comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 8.724,37 (oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos).

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES.

***Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 24 de outubro de 2014.***



Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A





DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL 4000133309189	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 30-10-2014	AGÊNCIA (PREF/DV) 3797-4	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 30-10-2014	Nº DA GUIA 10648159	NUMERO DO PROCESSO 80166793920138230010		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA BOA VISTA		ORGÃO/VARA 2 VARA CIVEL RESIDUAL	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 8.724,37
NOME DO RÉU/IMPETRADO CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A			TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 08.602.745/0001-32
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE ROMIR GOMES AMORIM			TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 16412460225
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA BE1683E0B3493F32				

BE1683E0B3493F32

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 7/8/2008 que altera a Lei 8.134 de 14/12/1974)

Informações da Vítima

Nome completo: Romulo Gomes Amorim

CPF: _____

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: _____

Data do Acidente: _____

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____ para pagamento da indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

Local, data: _____

Romulo Gomes Amorim

Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão pela etiologia (origem, causa) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

miembros / coluna lombar

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

com tratamento cirúrgico (laminectomia) e fisioterapia

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

continua em coluna lombar

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

claudicação e dor do estágio de cura
de modo a ficar o pleito de danos

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
☒ Não.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento, com o(s) gerador(es) do dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total
(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a integridade do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
b) ☒ Parcial
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na anexa II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão MTD ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2ª Lesão coluna lombar ☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão ☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM:

14/05/14

Dr. Samir A. Xand
MEDICO
CRM/RN: 1343